

Sumário

| | |
|--|----|
| Capítulo I | 1 |
| Economia Digital | 1 |
| Capítulo II | 27 |
| 1. Empresas Transnacionais | 27 |
| 2. As empresas transnacionais e seu enquadramento jurídico em face do direito constitucional brasileiro | 40 |
| Capítulo III | 49 |
| 1. As empresas transnacionais no Brasil em face dos princípios fundamentais da constituição federal: os fundamentos e objetivos constitucionais balizando os deveres das empresas transnacionais | 49 |
| 1.1. A soberania nacional..... | 49 |
| 1.1.1. A soberania nacional em face do princípio da independência nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal | 56 |
| 1.1.2. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade estruturado em face do princípio democrático | 61 |
| 2. A dignidade da pessoa humana..... | 66 |
| 3. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa | 69 |
| 4. O objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária garantindo o desenvolvimento nacional bem como a erradicação da pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais | 73 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo IV | 99 |
| 1. As empresas transnacionais no Brasil em face da ordem econômica constitucional: os principais gerais da atividade econômica balizando os deveres das empresas transnacionais..... | 99 |
| 1.1. A soberania nacional..... | 99 |
| 1.1.1. A soberania nacional em face do princípio da independência nacional: o direito à autodeterminação do povo brasileiro estabelecido por nossa Constituição Federal | 106 |
| 1.1.2. A soberania como poder que emana do povo e sua efetividade: o princípio da legalidade..... | 111 |
| 1.2. A propriedade privada e sua função social..... | 112 |
| 1.3. A livre concorrência..... | 131 |
| 1.4. A defesa do consumidor | 134 |
| 1.5. A defesa do meio ambiente | 137 |
| 1.5.1. A concepção jurídica de meio ambiente em face da legalidade constitucional: o art. 225 de nossa Constituição Federal estabelecendo as quatro concepções fundamentais no âmbito do direito ambiental brasileiro e a visão do Supremo Tribunal Federal (ADI 4.066)..... | 138 |
| 1.5.1.1. Meio ambiente natural..... | 142 |
| 1.5.1.2. Meio ambiente artificial..... | 143 |
| 1.5.1.3. Meio ambiente cultural..... | 144 |
| 1.5.1.3.1. Meio ambiente digital..... | 144 |
| 1.5.1.4. Meio Ambiente do trabalho e a saúde ambiental..... | 146 |
| 1.5.1.5. Patrimônio genético | 148 |
| Capítulo V | 151 |
| 1. A sociedade da informação e sua inserção no âmbito da economia digital: a tutela jurídica do meio ambiente cultural | 151 |
| 2. Tutela jurídica constitucional do meio ambiente cultural: o patrimônio cultural criado em face das atividades desenvolvidas pela pessoa humana e a democracia cultural | 154 |

| | |
|---|-----|
| 3. A informação como bem ambiental constitucional e sua tutela jurídica em face da sociedade da informação: a informação como fator chave de produção no âmbito da economia digital | 167 |
| 3.1. O que é informação. Conceito de informação na denominada Sociedade da Informação..... | 170 |
| 3.2. A informação como direito fundamental fixado na Carta Magna relacionada à Comunicação Social: a informação como bem cultural em face da Constituição Federal..... | 172 |
| 3.3. Os bens culturais como bens ambientais em face do que estabelece a Constituição Federal: a contribuição da doutrina italiana e a orientação do Supremo Tribunal Federal | 173 |
| 4. A tutela jurídica do meio ambiente digital no âmbito do meio ambiente cultural..... | 187 |
| 4.1. Meio ambiente cultural e internet: o potencial das tecnologias da comunicação para a sustentabilidade da sociedade da informação..... | 187 |
| 4.1.1. Introdução..... | 187 |
| 4.1.2. O sentido da expressão “meio ambiente” e as relações humanas: a concepção cultural..... | 188 |
| 4.1.3. A sustentabilidade na sociedade da informação | 191 |
| 4.1.4. O uso da internet nas estratégias socioambientais..... | 195 |
| 4.1.5. As redes virtuais como elemento do paradigma democrático | 202 |
| 5. Liberdade de expressão como parte integrante e indissociável da sociedade da informação e seu enquadramento constitucional | 205 |
| 6. A liberdade de expressão e o direito de resposta em face da Sociedade da Informação | 232 |
| 6.1. O direito de resposta previsto nas Constituições anteriores à Carta Magna de 1988 e os meios instrumentais de exercício do referido direito constitucional..... | 232 |

| | |
|---|------------|
| 6.2. O direito de resposta previsto na atual carta magna e os meios instrumentais e de exercício do referido direito constitucional: a lei 13.188/15..... | 247 |
| Capítulo VI..... | 253 |
| 1. Meio ambiente digital na sociedade da informação e sua tutela jurídica vinculada ao direito ambiental constitucional brasileiro | 253 |
| 1.1. Meio ambiente cultural em face da sociedade da informação | 257 |
| 1.2. Sociedade da informação e meio ambiente digital..... | 260 |
| Capítulo VII..... | 263 |
| Responsabilidade ambiental constitucional das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital. | 263 |
| 1. Os deveres ambientais em face das atividades econômicas impostos pela Constituição Federal aplicáveis à economia digital..... | 264 |
| 2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais que exercem suas atividades no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: os princípios constitucionais ambientais da prevenção, “precaução” e do poluidor pagador..... | 267 |
| 2.1. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: a responsabilidade ambiental das empresas em face do princípio constitucional da prevenção e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental x Censura | 268 |
| 2.2. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: o denominado princípio da precaução x censura..... | 280 |

| | |
|--|------------|
| 2.3. Responsabilidade ambiental das empresas transnacionais em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente no âmbito do meio ambiente digital/ economia digital: o princípio constitucional do poluidor pagador e a responsabilidade solidaria em face das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da economia digital..... | 282 |
| Referências | 291 |